

Câmara rejeita “chantagem” do Senado

A Câmara dos Deputados promete reagir contra as pressões do Senado para que aprove a anistia ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e a outros 14 políticos que também utilizaram a gráfica do Senado para imprimir propaganda eleitoral.

O PT pediu à Procuradoria Jurídica da Câmara a interpelação da Mesa do Senado, para que esta divulgue a lista de todos os parlamentares que fizeram impressos na gráfica.

“Não aceitamos a chantagem”, disse ontem o deputado Paulo Paim (PT-RS).

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), garantiu que na próxima terça-feira serão votadas as indicações de Pêrsio Arida e Francisco Lopes para a presidência e a diretoria do Banco Central.

Comando — Ele negou que esteja comandando os senadores que boicota-

ram a votação das indicações de Arida e Lopes enquanto a Câmara não concordar em aprovar o projeto que anistia o senador Lucena.

Segundo Lucena, o que ele fez foi mobilizar o Senado, mandando avisar a cada um dos senadores que deverão estar em Brasília na próxima terça para votar essas indicações e mais a designação de oito embaixadores.

Na Câmara, o PT decidiu obstruir as sessões destinadas a votar a anistia a Lucena e outros políticos, entre eles os senadores Alexandre Costa (PFL-MA) e Carlos Patrocínio (PFL-TO).

Os dois são os cabeças do movimento de obstrução no Senado. O coordenador do grupo é o senador Alfredo Campos (PMDB-MG).

O deputado José Genoíno (PT-SP) disse ter recebido telefonemas de colegas de outros partidos que, como ele, estão dispostos a entrar

em guerra contra o Senado.

Acusação — Citado como um dos deputados que usaram a gráfica, Genoíno rebateu a acusação afirmando que mandou imprimir textos sobre propostas à revisão constitucional e relativos à CPI do Orçamento.

“Nada disso é ilegal, nunca mandei imprimir calendários”, afirmou.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) divulgou uma lista com os nomes de 31 políticos que teriam utilizado a gráfica do Senado para imprimir propaganda pessoal.

Suassuna defende a anistia a Lucena por considerá-lo vítima de uma “grande injustiça”, já que, desde 1963, todos os deputados e senadores têm direito a uma quota de publicações e foram feitos impressos de vários tipos.

Segundo Suassuna, se houver punição ou anistia, tem que ser para todos.